

Entrevista / Paulo Gracino de Souza Junior

## A hermenêutica pentecostal da nova periferia

### *The Pentecostal hermeneutics of the new periphery*

JANINE TARGINO

SARA FREITAS

A laicidade brasileira, posta à prova nos últimos anos pela ativa presença pública evangélico-pentecostal, não é melhor nem pior do que a de nenhuma outra nação: é apenas a que corresponde ao processo histórico próprio do Brasil. A observação é do sociólogo Paulo Gracino de Souza Junior, também atento ao fato de que a influência da religião na vida pública brasileira não é novidade desses tempos de visibilidade pentecostal, mas remonta à histórica relação da igreja Católica com o Estado no Brasil. Para Gracino, não é possível desconsiderar o peso que teve a Teologia da Libertação sobre a constituição das bandeiras da esquerda, incluindo o PT, o PC do B e os movimentos sociais. Mas, em sua visão, há um aspecto novo: diferentemente das antigas pastorais católicas progressistas, as igrejas evangélicas não têm uma ideia de transformação da periferia como um todo, mas sim uma proposta de transformação individual, que é “menos hercúlea”. Longe de lutar contra, o neopentecostalismo tira força do processo de atomização e aparente caos que domina as periferias e traduz isso em uma dicotomia entre salvos (que vão triunfar sobre o mundo) e não salvos. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Gracino coordena o Comitê de Pesquisa em Sociologia da Religião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Confirma a entrevista concedida às professoras Janine Targino (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes) e Sara Freitas (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB).

**Terceiro Milênio: Como você analisa a presença pública da religião no Brasil e sua relação com o Estado?**

**Paulo Gracino:** A primeira coisa que tem que ficar clara, ainda que alguns autores importantes já tenham frisado, é que essa presença pública das religiões não é nova e remonta ao catolicismo. Se a gente for um pouco mais rigoroso, vai ver que o próprio público, ou o que a gente chama de espaço público no Brasil e também em outros países, é constituído por mobilizações discursivas que têm sua origem na igreja Católica. Muito do nosso do nosso público é formado por atravessamentos de discursos católicos. Acho que a ideia do William Connolly de máquina de ressonância vem bem a calhar. Ao contrário daquela concepção weberiana de que as ideias religiosas se desdobram sobre as sociedades, prefiro a ideia de atravessamentos e porosidades e que a religião constitui as outras esferas ao mesmo tempo em que é constituída por elas. Então, acho que essa seria uma boa visão. Nesse sentido, não dá para a gente começar a pensar a presença pública das religiões no Brasil a partir da inflexão que os evangélicos, especialmente os pentecostais, fazem sobre ela nos últimos 30 anos, principalmente nos últimos cinco, dez anos. O espaço público sempre esteve eivado de religião, e a religião era um ponto importante. Se a gente imaginar livros — por exemplo, *Brasil: Igreja contra Estado*, do Roberto Romano, ainda na década de 1970, se não me engano, na edição de 1979 —, ele mostra como essas bandeiras vão se deslocando do discurso religioso para o discurso político. Não podemos deixar de lembrar o peso que a Teologia da Libertação tem, por exemplo, para a constituição das bandeiras da esquerda; o peso que a juventude católica tem para a constituição de vários quadros de partidos de esquerda no Brasil (do próprio PT, do PC do B, dos movimentos sociais etc.) e o peso que tem essa articulação do ponto de vista político a partir do religioso e vice-versa. A Teologia da Libertação é uma hermenêutica da América Latina. Ainda que tenha sido atravessada aqui e ali pela teologia dos padres franceses, é uma teologia eminentemente latino-americana e parte da realidade latino-americana, assim como a forma de abordar a política do ponto de vista dos evangélicos pentecostais — homens em sua maioria, mas homens periféricos — é uma hermenêutica da periferia brasileira. Ela traz muito da moral que é requerida nessas periferias como estratégia de sobrevivência. Então essa inflexão da religião no espaço público conta muito com essas hermenêuticas. A gente tem que entender a história do desenvolvimento das religiões específicas que estão inflexionando sobre o espaço público.

**Terceiro Milênio: Considerando seus estudos sobre o campo religioso brasileiro, como você avalia as relações estabelecidas no cotidiano e na vida pública entre as diferentes tradições religiosas existentes no Brasil?**

**Paulo Gracino:** Bom, eu sou especialista em sociologia da religião evangélica. Então, muito provavelmente eu vá pesar muito mais as minhas considerações aqui sobre as religiões evangélicas e o contato delas com as outras. Como eu tinha dito, a organização de boa parte da periferia era, até um passado próximo, feita por comissões de moradores, por algumas pastorais católicas, por sindicatos e, em alguma medida, por partidos. Contudo, a dinâmica urbana nas grandes cidades fez com que essas instituições perdessem um pouco do tônus, perdessem um pouco da capacidade de mobilização dos anseios dessa população. Isso porque a dinâmica social se tornou mais complexa e plural, e as respostas que essas instituições davam a essa dinâmica não eram mais satisfatórias. As igrejas evangélicas são uma forma de discurso que apresenta uma hermenêutica dessa nova periferia, da violência e da segregação. Ela não tem um caráter nomizador dessa periferia como um todo, ela não tem uma ideia de transformação da periferia como um todo, mas sim uma ideia de transformação individual, uma transformação do sujeito. Então, ela tem uma tarefa menos hercúlea. As comunidades eclesiais de base, os sindicatos e as pastorais pensavam muito mais em termos comunitários. Ainda que se tenha um senso comunitário nas igrejas evangélicas, a salvação sempre — ou na maioria das vezes — é de cunho individual, e isso torna a tarefa mais tranquila. Em um ambiente em que as pessoas estão se atomizando de forma cadente e rápida, instituições que tentam frear esse fluxo têm dificuldade de conseguir esse intento, ao passo que os evangélicos, principalmente pentecostais e neopentecostais, mergulham e tiram força desse fluxo, desse aparente caos. Eles traduzem isso para um discurso teológico e fazem uma dicotomização desse espaço entre o espaço puro e não puro, ou seja, o espaço dos salvos e o espaço dos não salvos. Assim, a gente pensa também na teologia do domínio, na teologia da batalha espiritual, na teologia do reino e na ideia de que os salvos vão triunfar sobre o mundo. Essa ideia que separa o mundo entre nós e eles é muito mais sedutora nessas periferias do que a ideia comunitária que chama todos. É uma ideia que guarda muito pouco do outro, onde o outro pode ser ser alvo do ódio e da segregação. Em periferias violentas, marcadas geograficamente por facções rivais, por grupos em que a pessoa já nasce dentro dessas segregações, uma teologia que faça diferenciação entre os espaços vai trabalhar com territórios divididos entre amigos

e inimigos. Isso é muito sedutor e funciona bastante porque a população já está acostumada com esse tipo de discurso. Então, é um discurso que é aderente à realidade porque é fruto dessa própria realidade, é uma hermenêutica dessa própria realidade, surge dessa própria realidade. Lembrando aqui que a religião encontra uma máquina de ressonância da realidade que se desdobra sobre ela, mas ao mesmo tempo sofre a influência dela.

**Terceiro Milênio: Pensando na atuação do Estado brasileiro em relação às religiões, como você entende a ação do Estado sobre temas como liberdade religiosa e garantia dos direitos humanos?**

**Paulo Gracino:** O Estado brasileiro é um ente muito etéreo. A gente tem que pensar o Estado a partir de uma correlação de forças dos entes que o ocupam. Então, a gente tem o que o Poulantzas chama de *bloco no poder*. Você tem um bloco, e, de repente, quando esse bloco é deslocado, os princípios do Estado mudam, e a forma como o Estado acolhe ou deixa de acolher determinadas demandas por liberdade ou por garantia de direitos vai mudar radicalmente. Se a gente fizer uma pequena história de como os evangélicos se precipitaram sobre a política brasileira, eles começam lá atrás falando do ponto de vista de minorias, que de fato eram e são. Mas, a partir do momento em que eles vão se tornando atores mais ou menos hegemônicos na cena pública religiosa, eles vão cada vez mais tolhendo a chegada de outros atores religiosos diferentes deles, a um ponto em que quando os evangélicos conseguem postos que os possibilitam agir de forma reativa — seja no Legislativo, seja no Executivo, já que no Judiciário eles ainda têm uma parca presença —, eles trabalham no sentido de fazer retroagir os direitos de outras minorias, sejam elas religiosas ou de outra sorte, de outra ordem. Essa atuação faz com que eles concentrem suas forças em pautas reativas, o que leva ao encolhimento dos direitos dessas minorias já consolidados na legislação brasileira ou consolidados no Estado como políticas públicas etc. Então, considerando esse pêndulo entre liberdade religiosa e garantia de direitos, a gente trabalha sob um ambiente muito precário em que as questões têm que ser testadas a todo momento. Algumas instâncias do Estado brasileiro ainda não estão maduras o suficiente para poder garantir a liberdade religiosa, ou seja, para garantir que esse atores religiosos se expressem na arena pública sem ferir a garantia de direitos de liberdades auferidos por grupos minoritários.

**Terceiro Milênio: Pode nos falar sobre suas impressões acerca da performance política de determinados grupos religiosos no Brasil, especialmente no que tange aos temas pluralismo religioso e convivência democrática no espaço público?**

**Paulo Gracino:** No que tange ao pluralismo e à convivência democrática no espaço público, por que a performance política de determinados grupos religiosos no Brasil impacta esse pluralismo religioso e a convivência democrática no espaço público? Bom, a forma como foi feita e é feita essa hermenêutica do espaço público pelas religiões evangélicas impacta diretamente a convivência democrática e o pluralismo religioso. Apesar de autores hoje chamarem a atenção para o nascimento de grupos progressistas dentro do universo evangélico, o que a gente vê é que a grande maioria dos parlamentares, dos pastores e das lideranças evangélicas se articula discursivamente a partir de um discurso extremamente belicista e sectário e que deixou muito pouco espaço para a atuação de outros grupos tanto religiosos como não religiosos dissidentes desse pensamento que eles querem hegemônico. Então, isso dificulta uma convivência democrática, por óbvio. A forma como a teologia do domínio, a teologia do reino e da batalha espiritual se espraiam pela pelas igrejas evangélicas no Brasil faz com que, embora eles não sejam por natureza conservadores, se afinem com o conservadorismo e com grupos de extrema direita no Brasil. Porque há uma afinidade eletiva entre o discurso religioso conservador de cariz evangélico e o discurso conservador de um modo geral. A articulação discursiva do ponto de vista religioso faz bastante sucesso entre esses grupos de direita brasileiros. Ainda que eu entenda e leve a sério pesquisadores que tenham apontado o crescimento genuíno de uma contestação dentro das igrejas — e até mesmo acredito que, num futuro bem próximo, esses grupos de contestação à adesão das igrejas ao conservadorismo devem se avolumar —, o fato é que agora boa parte dos evangélicos cerraram fileiras com o bolsonarismo e com pautas regressivas do ponto de vista de direitos humanos, do ponto de vista da liberdade religiosa e do ponto de vista de políticas públicas de atendimento a grupos minoritários, dos direitos reprodutivos de mulheres e da população LGBTQIA+. Fica um pouco difícil, atualmente, a gente imaginar que a entrada dos evangélicos com essa inflexão na arena pública seja benéfica ou promova liberdade religiosa, pluralismo ou convivência democrática no espaço público. Eles entram com caráter regressista.

**Terceiro Milênio: Há, na sua concepção, uma via pela qual as religiões podem contribuir para a garantia e fortalecimento da democracia?**

**Paulo Gracino:** O que a gente tem visto hoje é que grupos da igreja católica, grupos das religiões de matriz africana, grupos de igrejas evangélicas — até mesmo minoritários, mas grupos evangélicos — têm, de certa forma, se aproximado e formado um bloco na tentativa de fazer frente a esse outro bloco conservador que aglutinou os evangélicos e parte da própria igreja católica e do espiritismo. Temos que lembrar também que o espiritismo tem uma cisão significativa entre espíritas que são mais conservadores, ou bem conservadores, e espíritas que se autointitulam progressistas. A religião é um lugar de interpretação do real, de debate, de encontro. Às vezes elas são os únicos lugares desses encontros na periferia das grandes cidades, e eu tenho falado, em artigos recentes, que as religiões se tornaram máquinas de organização política no sentido, talvez, foucaultiano da palavra. Elas organizam a população da periferia, dão uma cara para essa população, dão um discurso para os sentimentos, para os mal-estares dessa população; elas dão um nome para elas chamarem aquilo. Começa a se nomear as coisas a partir do discurso religioso, e isso faz com que elas ganhem uma grande potência dentro da ideia de democracia. Grupos inteiros de pessoas, não só por causa das igrejas, mas também por causa do avanço da tecnologia, foram chamados a opinar no espaço público quando no passado isso não existia. Pessoas hoje com um computador, com o celular na mão, podem falar o que entendem sobre os temas mais diversos e ter algum tipo de repercussão na arena pública. Pessoas que saíram do zero e são seguidas por milhares e milhões de pessoas. Muitas vezes essas pessoas falam do ponto de vista religioso, ou o discurso é perpassado aqui e ali pelo discurso religioso. Então, eu acho isso interessante de se ver. Isso contribui para a democracia e para a convivência no espaço público, não necessariamente do jeito que a gente gostaria que fosse. Mas, sociologia não é uma sociologia do que a gente gostaria que fosse, mas do que é, do que a gente está vendo. Então, a gente tem que interpretar o que estamos vendo, e não que a gente gostaria de ver.

**Terceiro Milênio: Alguns estudiosos apontam equívocos na laicidade brasileira. Seria possível a preservação da laicidade no Brasil, ainda que em um cenário onde a religião e política estejam bastante conectadas?**

**Paulo Gracino:** Primeiro, eu retorno à frase de inspiração weberiana que eu disse no final da pergunta anterior. A laicidade brasileira é o que é. Se ela é a equívoca, se ela é certa, ela é o que ela é. É constituída a partir da história do país e dos conflitos, dos acordos e dos desdobramentos que a gente teve durante essa história. Independentemente da nossa vontade, ela existe. Então, eu não diria que ela é equivocada. Ela é equivocada em relação a

quê? Em relação à laicidade francesa? Em relação à laicidade portuguesa, espanhola, inglesa, americana? Ou em relação ao quê? Eu propositalmente cito esses países porque são países que sempre aparecem como modelos a serem seguidos pelo Brasil. Mas, se a gente for ver, cada país desses citados aqui tem um modelo de laicidade diferente. Na verdade, não são modelos, mas sim uma constituição histórica. A relação entre religião e esferas não religiosas em cada um desses países se deu de forma diferente. A laicidade francesa, por exemplo — que é um modelo sempre almejado por algumas políticas aqui no Brasil, principalmente pelo pessoal da esquerda — traz a ideia de que é o melhor dos mundos, quando a gente sabe que a laicidade à francesa foi usada muitas vezes para segregar grupos de adesão islâmica, imigrantes de origem islâmica na França, para mostrar a supremacia da racionalidade francesa frente ao Islã, e por aí vamos. Então, eu não vejo a laicidade como equivocada ou como correta e sim a laicidade como um processo histórico de como esferas religiosas e não religiosas se imbricaram no Brasil e como se desenvolveram. É possível a gente preservar essa laicidade no Brasil em um cenário onde a religião e a política parecem bastante conectados? Talvez. Como diria Marx, sem querer fazer previsões para os caldeirões do futuro, talvez sim. Depende dos acordos que nós faremos para o lugar da religião e da política no futuro e como a nossa sociedade vai querer lidar com isso. Eu lembro um texto do Reginaldo Prandi apresentado pela primeira vez, se não estou enganado, em 2007, em Buenos Aires, durante o Congresso da Associação do Mercosul de Cientistas Sociais da Religião, que causou muita polêmica. Ele dizia que se a gente se tornasse um país de maioria evangélica muito pouca coisa ia ser alterada. Mas, o que a gente viu é que a proeminência dos evangélicos, mesmo quando eles ainda não são maioria e provavelmente não serão essa maioria absoluta como alguns prognósticos apontam, repercutiu numa certa hegemonia da gramática evangélica de se fazer política, por coincidir também com uma gramática conservadora de se fazer política. O conservadorismo cresceu, e os evangélicos nessa esteira cresceram publicamente com ele. Essa mensagem eivada de elementos conservadores fez com que eles se tonificassem. Tanto a mensagem evangélica se tonificou com um ambiente mais conservador, como o ambiente se tornou mais conservador a partir de uma gramática política evangélica. Se a religião se aproximar mais da política, a probabilidade é que a gente mude essa configuração de laicidade e todas as outras formas de pensar a liberdade, de pensar a própria laicidade do Estado, de pensar outras questões. Eu imagino que sim, que uma conexão maior entre política e religião vai fazer com que se mudem outras questões dentro da sociedade. Mas é bom a gente lembrar que a própria religião em jogo nesse processo também muda. Então, é muito difícil prever

o que pode acontecer. As religiões em jogo nesse sistema mudam. Existem contradições fundamentais entre a razão política e a razão religiosa. Só para lembrar Niklas Luhmann, estamos falando de subsistemas com objetivos e discursos diferentes. Muitas vezes esse acoplamento de um pelo outro — que eu estou chamando aqui de uma hermenêutica a partir disso ou uma hermenêutica a partir daquilo, uma hermenêutica do religioso a partir do político ou uma hermenêutica do político a partir do religioso — não é uma coisa tão tranquila porque gera certos curtos-circuitos. Por exemplo, Roberto Romano mostra lá atrás que bandeiras como “povo de Deus” passam a ser bandeiras políticas. Essa, que é uma bandeira da Teologia da Libertação, de repente passa a ser usada em movimento social. Essas tradições não são literais e geram curtos-circuitos linguísticos. Muito das religiões evangélicas quando são colocadas como cabeças de ponte do pensamento conservador nacional têm dificuldades de acomodação de fiéis que não tem cem por cento daquele pensamento. No campo dos objetivos de longo prazo, religião e política têm objetivos diferentes. Isso faz com que os curtos-circuitos também se deem.

**Janine Targino**

Professora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Candido Mendes (Ucam)

**Sara Freitas**

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)